

A CRISE ECONÔMICA ATUAL E O MUNDO DO TRABALHO

Diego Mendes Lyra (UFPB)

Rodolfo Ferreira Ribeiro da Costa (UFPB)

Resumo: Este artigo analisa a atual crise econômica e os seus impactos sobre o mundo do trabalho, as tendências dos atuais planos de reestruturação, já colocados em prática pelas grandes empresas e os seus efeitos sobre os salários, o emprego, as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores. Para atingir tal propósito foi utilizada a metodologia de Vetores Auto-Regressivos (VAR). Os dados utilizados foram trimestrais e correspondem ao período de 1948 a 2008. As informações foram obtidas no banco de dados do Bureau of Economic Analysis e do Bureau of Labor Statistics. De um modo geral, observou-se uma tendência de empobrecimento relativo da classe trabalhadora nas últimas duas décadas, acentuada em 2007 e 2008 pela crise internacional. Tal processo foi acompanhado pelo avanço da flexibilização de uma série de leis trabalhistas e redução do grau de sindicalização dos trabalhadores na maioria dos países, fato que resultou no enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos frente às empresas e aprofundamento da degradação das condições de trabalho.

Palavras-Chaves: Crise Econômica, flexibilização, reestruturação.

Abstract: This article examines the current economic crisis and its impact on the world of work, trends of the current restructuring plans, already put into practice by large companies and their effects on wages, employment, working conditions and conditions of life of workers. To achieve this purpose we used the method of Vector Auto-regressive (VAR). The data used were quarterly and correspond to the period from 1948 to 2008. Information was obtained from the database of the Bureau of Economic Analysis and the Bureau of Labor Statistics. In general, there was a trend of impoverishment for the working class in the last two decades, marked in 2007 and 2008 by the international crisis. These processes was accompanied by progress in easing a series of labor laws and reduce the degree of unionization of workers in most countries, a fact that resulted in weakening the bargaining power of unions to front companies and further deterioration of working conditions.

Key – Words: Economic Crisis, relaxation, restructuring.

1 Introdução

A crise apresenta-se como uma das fases do ciclo econômico, fenômeno que afeta todos os países capitalistas avançados há mais de 150 anos, preocupando os economistas, que se dividem na tentativa de explicá-lo. Embora Marx houvesse identificado o problema como “crise cíclica de superprodução”, não elaborou uma teoria completa sobre o assunto, mas, com base em suas indicações, várias explicações foram formuladas pelos marxistas.

Supostamente eliminado pelas medidas de política econômica de inspiração keynesiana, que suavizaram o movimento cíclico da economia mundial entre os anos 50 e 70, o fenômeno voltou a manifestar-se com toda a sua violência a partir do início dos anos 70 e nas décadas seguintes, com uma regularidade aproximada de 10 anos. No período anterior,

durante o imediato pós-guerra, o capitalismo viveu a sua fase áurea, marcada por altas taxas de crescimento, registradas pelos países capitalistas avançados. O Estado passou a desempenhar novas funções, com uma combinação de políticas fiscais e monetárias, cujo principal objetivo era manter um nível de demanda efetiva, compatível com o ritmo de acumulação de capital.

Este foi um período de crescimento acelerado, propiciado, em grande medida, pelos espaços econômicos que haviam sido deixados abertos pela II Guerra Mundial, que destruiu grande parte da Europa e do Leste Asiático, que então necessitavam de um plano de reconstrução, o que significou novas oportunidades de investimentos lucrativos nessas áreas.

Segundo Harvey (1992), esse rápido período de expansão, teve como base o equilíbrio de forças entre o grande capital corporativo, o trabalho organizado e o Estado. Os sindicatos tiveram o reconhecimento, por lei, da sua importância relativamente aos direitos de negociação coletiva, como sendo essenciais para a resolução do problema de demanda efetiva e em troca, foram obrigados a se submeter à disciplina imposta pelas grandes empresas que visavam manter os seus trabalhadores longe do contato com a ala mais radical do movimento operário.

Foi dessa maneira que os sindicatos preservaram o seu poder político, dentro e fora das fábricas e conquistaram uma série de benefícios de seguridade social, como o salário mínimo e o seguro desemprego. Mas, em contrapartida, foram obrigados a assumir uma postura corporativa, que visava atender, estritamente, os interesses de seus membros, deixando de lado as aspirações socialistas e os interesses gerais da classe trabalhadora, fato que provocou um verdadeiro racha dentro do movimento operário, ajudando a conter a ameaça a hegemonia do capitalismo, representada pelo seu sistema rival, o comunismo, então em ascensão.

Entretanto, esta fase de prosperidade foi interrompida pela crise econômica de 1973, ela pôs a nu todas as contradições do sistema capitalista, que haviam sido amenizadas pela política econômica anticíclica de inspiração keynesiana, que durante alguns anos obteve sucesso na tentativa de proporcionar uma maior estabilidade a esse sistema econômico, mas que não foi capaz de acabar com as contradições inerentes à sua própria natureza.

Seguiu-se, então, um período de forte flexibilização dos processos produtivos, dos produtos e dos mercados de um modo geral, particularmente, do chamado mercado de trabalho. Era preciso criar condições para que os processos de produção pudessem, de forma cada vez mais rápida, se ajustar as oscilações da demanda, ou seja, tinha de se produzir novas formas de organização da produção, com um elevado grau de planificação, que sintoniza-se a oferta e a procura, a produção e o consumo.

Desse modo, novas tecnologias foram desenvolvidas, novas técnicas de gestão, organização e gerenciamento da produção foram implementadas, como o gerenciamento da cadeia de estoques, o *justi-in-time*, e o gerenciamento da cadeia de suprimentos, o *supply chain management*, que graças às novas tecnologias da informação, permitiram a otimização do fluxo de produtos, serviços e informações entre o produtor o consumidor final do produto. Entretanto, todo esse avanço não foi capaz de conter a tendência superprodutiva do sistema econômico, que, periodicamente continua se manifestando sob a forma de crise econômica.

O objetivo deste artigo é analisar os impactos da atual crise econômica sobre o mundo do trabalho, as tendências dos atuais planos de reestruturação, já colocados em prática pelas grandes empresas e os seus efeitos sobre os salários, o emprego, as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores.

2 O Conteúdo das Crises Econômicas e suas Formas de Manifestação

Atualmente, todas as correntes do pensamento econômico admitem o fato de que as economias capitalistas alternam períodos de prosperidade econômica e de crise. No entanto, quando se trata de explicar o fenômeno, as causas apontadas por cada teoria econômica são as mais diferentes possíveis.

Até mesmo entre os próprios economistas marxistas não há um consenso no que se refere à causa das crises, isso ficou claro no debate realizado entre eles, principalmente, na passagem do século XIX para o século XX, no qual foram apontadas diversas causas para o fenômeno: a anarquia da produção; o subconsumo; a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a superprodução, etc.

Ou seja, mesmo os marxistas, a exemplo dos neoclássicos e dos keynesianos, não conseguiram apreender a essência do fenômeno, por tentarem descobrir a “causa” dele, sem antes terem identificado o seu próprio conteúdo, aquilo que não se pode ver através das suas formas aparentes, mas que está por trás delas. Assim os economistas passaram décadas investigando apenas as formas de manifestação das crises.

Somente com Ribeiro (1989), pôde-se dar um salto qualitativo na investigação das crises e dos ciclos econômicos. Ele utilizou todo o rigor metodológico e científico do materialismo dialético de Marx, o que lhe permitiu sair da rota da investigação das formas e ir em busca do conteúdo do fenômeno.

De acordo com Ribeiro (2002), o conteúdo da crise se encontra ainda como um embrião, na própria mercadoria, mais precisamente na contradição existente em seu interior entre valor e valor de uso, que cria a possibilidade de que o produto do trabalho humano não venha a ser consumido.

Assim o “germe” da crise reside na mercadoria, a célula do sistema capitalista, logo, acompanhar o desenvolvimento do processo de produção de mercadorias significa acompanhar o desenvolvimento do conteúdo da crise. Foi isso que Marx fez, ao estudar as equações do valor até o momento em que surge o dinheiro.

O dinheiro cria uma forma de manifestação externa da contradição que se encerra no interior da mercadoria, entre valor e valor de uso, é a contradição entre a mercadoria e o dinheiro, tornando os atos de compra e venda em uma unidade de contrários.

A função do dinheiro como meio de circulação vai constituir, pois, a primeira forma de manifestação da crise, nas palavras de Marx:

“[...] A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas, - essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias”. (MARX, 1989, L. I, V. 1, p. 127).

Marx refere-se apenas a possibilidade de crises devido à inexistência das condições capitalistas de produção neste estágio de exposição das suas investigações.

A segunda forma de manifestação da crise, Marx vai encontrar na função do dinheiro como meio de pagamento: “Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio

de pagamento, e então o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo em dois papéis diversos”. (MARX, 1980, L. II, p. 945).

Portanto, o surgimento do dinheiro cria duas formas de manifestação para a crise, o que a torna possível, embora muito pouco provável em uma sociedade de simples produtores de mercadorias, em que a capacidade de expansão da produção ainda é muito limitada.

Somente com o surgimento do capital, isto é, com a sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, a crise deixa de ser um fenômeno existente apenas em estado potencial, para se tornar um fenômeno necessário e real. A circulação capitalista de mercadorias desenvolve não só as suas formas de manifestação, mas também o seu próprio conteúdo.

Na sociedade capitalista, a mercadoria e o dinheiro assumem funções qualitativamente diferentes daquelas que exerciam na sociedade mercantil. Ambos passam a constituir formas do capital.

Servindo de meio de circulação do capital, mercadoria e dinheiro dão origem a mais uma contradição, a contradição entre produção e circulação, que vai se configurar numa nova forma, mais desenvolvida, de manifestação da crise:

“O processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata da crise”. (MARX, 1980, L.II, p. 948).

Assim, à medida que se desenvolve o modo capitalista de produção, novas formas de manifestação do fenômeno são criadas, de maneira que, este deixa de ser uma simples possibilidade para se tornar uma necessidade real.

Isso ocorre, porque o capitalismo tem a capacidade de transformar todas as coisas que o rodeiam em mercadorias, e mais, traz em sua essência uma força que impulsiona constantemente a realização da produção em escala sempre ampliada. Esta força propulsora é o lucro, a sua finalidade, e a sua razão de ser.

A expansão do número de mercadorias ocorre com a expansão do próprio consumo, assim como a expansão do consumo se dá com a expansão das próprias mercadorias. Conforme as mercadorias vão sendo consumidas, um número crescente delas vão sendo, em contrapartida, lançadas no mercado.

É o que ocorre, por exemplo, com o consumo do capital, o consumo produtivo, cujo objetivo é o lucro. Este consumo ao retirar as mercadorias força de trabalho e meios de produção do mercado, terá como consequência o lançamento de novas mercadorias nele, e em quantidade sempre crescente.

No caso do consumo da força de trabalho, o consumo pessoal do seu portador, o trabalhador, também terá como resultado o aumento do número de mercadorias lançadas no mercado, já que este consumo representa a reposição das suas condições físicas e mentais, para que ele possa continuar vendendo a sua força de trabalho, cujo valor de uso é produzir valor novo.

Mas o problema da expansão do número de mercadorias não para por aí, pois o próprio capital passa a ser vendido como mercadoria, uma mercadoria com características peculiares, a mercadoria-capital. A situação torna-se mais complexa porque esta mercadoria é superprodutiva por excelência, o seu valor não diminui conforme ela vai sendo consumida, mas ao contrário, cresce e se multiplica.

Essa expansão das mercadorias, como já falamos, é acompanhada da expansão do número de consumidores, Ribeiro (2002), sintetiza bem como isso ocorre:

“O capital, em sua reprodução, recria as relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que destrói as relações de produção pré-capitalistas, porventura existentes, incorporando cada vez mais populações ao mercado, ao ritmo em que ocupa todo o espaço econômico”. (RIBEIRO, 2002, p. 149).

Se por um lado, o capitalismo procura sempre difundir a relação de trabalho assalariado, criando assim mais consumidores para o seu mercado, por outro, conta com o consumo das empresas que tem como limite, não as necessidades sociais, mas sim as necessidades do capital. Assim expande-se o número de consumidores, seja via consumo pessoal, seja via consumo produtivo.

Contraditoriamente, as mesmas leis que criam um número crescente de consumidores e de mercadorias, também produzem barreiras que impedem esses consumidores de adquirirem as mercadorias produzidas.

O próprio consumo dos capitalistas que possui um caráter ilimitado, pois representa as necessidades do capital de acumular cada vez mais, pode ser restringido sempre que o seu lucro é ameaçado.

Além disso, o próprio lucro do capitalista depende da maior diferença possível entre a sua procura e sua oferta, isto é, de sua capacidade de criar uma oferta bem superior a sua procura.

Um outro aspecto do problema diz respeito a capacidade de consumo dos trabalhadores. Como o objetivo da produção capitalista é o lucro, e este advém da mais-valia extraída dos trabalhadores, o sistema está sempre buscando se apropriar de uma massa cada vez maior de trabalho não pago (mais-valia). O aumento da mais-valia extraída da força de trabalho tem como consequência a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores.

Ademais, a própria dinâmica da concorrência leva as empresas a desenvolverem novas técnicas de produção, com o que se eleva a composição orgânica do capital, aumentando o emprego do capital constante, em relação ao variável, expulsando milhares de trabalhadores do processo produtivo, os quais irão engrossar o exército industrial de reserva.

Dessa maneira, o capitalismo produz uma quantidade sempre crescente de consumidores de um lado e uma quantidade sempre crescente de mercadorias de outro, mas, contraditoriamente, constrói barreiras que impedem esses consumidores de satisfazerem as suas necessidades, e é este o conteúdo da crise, que pode ser expresso através da contradição fundamental do capitalismo: enquanto a produção possui um caráter social, fruto do trabalho socialmente despendido em sua realização, o resultado dessa produção é apropriado privadamente.

Portanto, são as mesmas leis que regem o sistema capitalista que o levam periodicamente a uma situação de superprodução, em que a oferta é em muito superior a demanda efetiva (solvente) da economia.

Superprodução de mercadorias, que na sua essência é superprodução de capital. Ela ocorre não porque se produz acima das necessidades sociais, mas sim porque os consumidores, insolventes, não podem adquirir os bens e serviços produzidos, devido às barreiras que o próprio capitalismo criou.

A crise funciona como um mecanismo de destruição do capital social produzido em excesso, ela é deflagrada quando existe capital demais para se remunerar a uma determinada taxa média de lucro, ou, o que é a mesma coisa, quando a taxa média de lucro é insuficiente para remunerar todos os capitais da sociedade.

Tal fenômeno se repete periodicamente, nas principais economias capitalistas do mundo há mais de 150 anos, destruindo violentamente os capitais em excesso e muitas das vezes, abalando os pilares que sustentam o capitalismo. E embora a crise constitua uma lei econômica do modo capitalista de produção, que se manifesta a nível mundial desde meados

do século XIX, durante vários anos ela foi renegada por diferentes teorias econômicas que estiveram representando o pensamento dominante.

O melhor exemplo disso é o da teoria neoclássica, que após a chamada “primeira síntese neoclássica” em 1890, realizada por Marshall, que procurou juntar o liberalismo econômico dos clássicos (Smith e Ricardo) ao arcabouço teórico marginalista criado por Jevons, Menger e Walras, passou a constituir o *mainstream* do pensamento econômico, com isso a lei do valor trabalho foi substituída pela lei do valor utilidade, sustentada por um corpo teórico baseado no equilíbrio econômico.

Desta forma o estudo da crise vista como um desequilíbrio entre a oferta e a procura, foi deixado de lado e assim permaneceu até a crise de 1930, pois ela afirmava na prática aquilo que os economistas neoclássicos negavam em sua teoria. Sem ter uma explicação para o fenômeno, mas ao contrário, afirmando, com base na lei de Say, que o mesmo não poderia ocorrer, a teoria neoclássica entra em crise, tal como a economia.

Somente em 1936, ano de publicação da *Teoria Geral*, “surge” Keynes trazendo uma explicação aparentemente razoável para o problema, demonstrando que a economia capitalista não tendia automaticamente para o equilíbrio como defendiam os neoclássicos e caso este ocorresse não haveria nada que garantisse a sua manutenção, nem que o mesmo se desse de maneira a promover o pleno emprego e que as variações no nível de emprego e de produto são o resultado das variações da demanda agregada. Assim o problema do desemprego era causado pela insuficiência da demanda agregada, logo, era preciso estimulá-la, papel que caberia ao Estado, através de medidas de política econômica.

A teoria de Keynes foi rapidamente absorvida pelo meio acadêmico, embora este problema crônico de insuficiência da demanda agregada que se abatia sobre o capitalismo já tivesse sido abordado anteriormente por Rosa Luxemburgo em sua investigação sobre o papel desempenhado pelo militarismo e a economia bélica na acumulação do capital.

O keynesianismo se propunha não só a explicar os problemas econômicos, mas também a resolvê-los, assim, os neoclássicos foram expulsos dos cargos de gestores de política econômica nas principais economias do mundo, dando lugar aos keynesianos, que uma vez no poder colocaram em prática a sua teoria, obtendo sucesso a princípio, conseguindo suavizar o ciclo econômico mundial, durante o período do imediato pós II Guerra Mundial, com o que os economistas trataram rapidamente de proclamar o fim das terríveis e assustadoras crises econômicas, alegando terem controlado-as ou mesmo eliminado-as.

Entretanto a fase dourada do capitalismo foi “surpreendentemente” interrompida em meados da década de 70 quando a crise ressurgiu ainda mais voraz, revelando e manifestando toda a violência que havia sido reprimida pela política econômica praticada durante o período conhecido como “capitalismo pós-cíclico”.

E mais uma vez a crise econômica leva a crise da teoria econômica, mas agora são os keynesianos que são colocados pra fora dos cargos de gestores que ocupavam. Reassumem os neoclássicos que voltam a ser ou representar o pensamento dominante.

Novos esforços teóricos são empreendidos na tentativa de explicar o fenômeno, a exemplo do que ocorreu entre os economistas franceses que buscando aliar elementos keynesianos a aspectos da teoria marxista, criaram a teoria da regulação. A escola neoclássica que sempre renegou a crise, nunca tendo elaborado qualquer teoria para explicá-la é obrigada a rever as suas posições. Surge assim nos Estados Unidos no final dos anos 70 e início dos anos 80, uma série de economistas intitulados novos-clássicos, cuja denominação mais apropriada seria a de novos-neoclássicos, que tratando de expressar a visão dominante criam a teoria do *Real Business Cycle*, que apesar de não comprovada empiricamente e de fornecer poucas respostas que ajudem a esclarecer as causas dos ciclos econômicos, como admitem

seus próprios autores¹, foi rapidamente incorporada e aceita na maioria das escolas de economia do mundo.

Após a intensificação da abertura econômica nos países subdesenvolvidos, ocorrida na década de 90, que trouxe consigo a globalização do capital financeiro, forma dominante do capital no estágio atual deste sistema econômico, as crises se intensificaram, tornando-se ainda mais generalizadas, se propagando rapidamente pelos mercados financeiros mundiais. Assim, nas últimas quatro décadas, as crises vêm assumindo, cada vez mais, a forma financeira, embora, os seus efeitos sejam cada vez mais devastadores sobre a economia real, em particular, sobre o mundo do trabalho, que têm sofrido graves impactos, como a elevação global do desemprego, a eliminação gradativa dos direitos trabalhista e o empobrecimento relativo da classe trabalhadora.

3 Os Impactos da Crise Atual sobre o Mundo do Trabalho

A redução mundial no nível de atividade econômica, a restrição ao crédito e o colapso do sistema financeiro internacional, estão afetando de maneira significativa o rendimento dos trabalhadores e o emprego. Mas, como já mostramos no capítulo introdutório, não é de agora que o mundo do trabalho sofre com este processo dinâmico de reestruturação produtiva, continuamente realizada pelo capitalismo, na sua busca incessante pela acumulação de capital. O que estamos assistindo atualmente, nada mais é do que uma nova etapa deste processo, marcada por mais uma crise econômica, cujos efeitos, ao longo da história, tem sido altamente nocivos ao bem-estar da classe trabalhadora.

Durante o período de expansão do ciclo econômico, iniciado no final de 2001 e terminado em 2007, os benefícios do crescimento ficaram restritos, quase que exclusivamente, as grandes empresas multinacionais e mega-especuladores financeiros. Somente para se ter uma idéia, em 2005 o total de ativos financeiros no mundo – depósitos bancários, títulos de dívida pública e privada e ações – atingiu a cifra de US\$ 140 trilhões, mais que o triplo do PIB mundial, de acordo com relatório do McKinsey Global Institute (2007). Como será visto posteriormente, neste mesmo período a desigualdade de renda aumentou expressivamente e não é preciso maiores exemplos para se concluir que as novas oportunidades criadas nesta fase, foram distribuídas entre os atores financeiros envolvidos direta ou indiretamente nesta trama. Entretanto, o custo social da atual contração econômica, será sentido por todos e recairá, fundamentalmente, sobre milhões de trabalhadores no mundo inteiro.

De acordo com Relatório² da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas últimas duas décadas a proporção dos salários como parte total da renda, diminuiu em 51 dos 73 países para os quais havia dados disponíveis. A maior redução foi registrada na América Latina e no Caribe (-13%), ao longo de um curto período – de 1993 a 2002. Significativas quedas foram observadas também em países da Ásia e Pacífico, onde a massa dos salários no total da renda caiu 10%, durante o período 1980-2005. Nas Economias Avançadas houve uma redução de 9%. Durante o mesmo período, verificou-se também que a diferença entre os 10% dos assalariados com rendimentos mais altos e os 10% com rendimentos mais baixos, aumentou em 70%. Somente para se ter uma idéia, em 2007, os diretores executivos das 15 maiores empresas dos Estados Unidos, receberam salários 500 vezes superior aos do trabalhador médio norte-americano, comparado a uma diferença de 300 vezes em 2003.

¹ Ver Magalhães, Matheus. **Explicando o ciclo de negócios**, Revista Economia Aplicada, janeiro-março 2000, pp. 157-189.

² INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization**, Geneva: ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

Estes dados confirmam a tendência de empobrecimento relativo da classe trabalhadora, que Marx já tinha percebido ainda no século XIX, como sendo o resultado do emprego de uma proporção, cada vez mais elevada, de máquinas, e, relativamente, cada vez menor de trabalhadores, ao longo do tempo, pelo capital, fazendo com que os salários, embora cresçam em termos absolutos, caiam, em termos relativos.

Mas que não se conclua a partir daí que o Relatório da OIT possui um viés marxista, pois o seu embasamento teórico é fundamentalmente neoclássico, a luz da teoria do capital humano, como demonstra a passagem a seguir:

“Uma maior desigualdade de rendimentos pode ser útil. Pode estar indicando maiores retribuições ao emprenho laboral, à inovação e ao desenvolvimento de capacidades. Isto melhoraria as perspectivas econômicas para todos, ricos e pobres. Ao contrário, uma diferença menor nos rendimentos poderia afetar as perspectivas laborais, por exemplo, porque o mercado não seria suficientemente atrativo para alguns trabalhadores. Além disso, uma desigualdade demasiado pequena de rendimentos poderia debilitar os incentivos a assumir riscos e investir em capital humano e, portanto, afetaria de maneira negativa as perspectivas de crescimento econômico ”. (WORLD OF WORK REPORT, 2008, p. 2).

Como se vê, o Relatório deixa claro, a importância dos “investimentos em capacidades”, por parte dos trabalhadores, e dos incentivos produzidos por diferenças de renda, existente no mercado de trabalho, ressaltando ainda que isto possa afetar o crescimento econômico de um país, atribuindo, como quase sempre se costuma fazer, toda a responsabilidade do desemprego, ou a maior parte dela, ao próprio trabalhador.

Deixando de lado a fundamentação teórica deste Relatório, é possível observar que essa desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores é fruto da atual organização institucional das grandes corporações, que dominam a economia mundial em diversos setores. Tal sistema permite que os altos executivos disponham de uma posição de negociação privilegiada dentro da empresa, enquanto que os operários de chão de fábrica ficam em uma posição debilitada, com muito pouca, ou quase nenhuma capacidade de negociação, mesmo estando organizados em sindicatos.

O mesmo Relatório da OIT mostra também que houve uma considerável diminuição da sindicalização nas últimas duas décadas. Entre 1989 e 2005, a densidade de sindicatos reduziu-se nos 51 países pesquisados, com exceção de sete deles: Brasil, China, Hong Kong, Índia, Paraguai, Singapura e Espanha, nos quais houve um aumento no número de sindicatos. Fato que já era de se esperar, pois excluindo a Espanha, todos os outros são países ditos emergentes, onde os trabalhadores ainda estão se organizando, institucionalmente, para efetuar negociações coletivas. Na Europa Central e países europeus, a densidade de sindicatos foi drasticamente reduzida, mais de 50% na República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia e Lituânia, países onde antes havia quase 100% de filiação dos trabalhadores a algum sindicato, nos anos de regime comunista.

Diante da atual crise econômica, a tendência é que esse quadro de desigualdade de renda e redução do poder de barganha dos sindicatos piore ainda mais, isto para não falar do desemprego, que vem crescendo perigosamente em todo o planeta. Ao longo da história, os processos de reestruturação produtiva têm utilizado como recita básica para as empresas, a redução e o corte de custos em várias áreas, e no final da ponta estão sempre prevista uma inevitável onda de demissões. Assim, várias das conquistas históricas dos trabalhadores, concretizadas em uma série de direitos trabalhistas, são simplesmente varridas do ambiente de trabalho. Um caso ilustrativo disto é o da grande fabricante mundial de computadores, a Dell, que, em meio à crise, pediu aos seus funcionários, coagidos pelo fantasma do desemprego, para tirarem cinco dias de licença não remunerada. Outro exemplo contundente desse

processo de flexibilização das leis trabalhistas é o da Renault do Brasil³, que no início deste ano suspendeu o contrato de mil metalúrgicos, durante o período de cinco meses, nos quais os trabalhadores ficarão em casa sem receber salários. Enquanto estiverem com os seus contratos suspensos, os funcionários da Renault receberão uma contribuição paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bem como bolsa de qualificação profissional. A montadora se aproveitou de uma brecha existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante as empresas o direito de suspender o contrato de trabalho por um período que varia de dois a cinco meses, desde que realizem um acordo coletivo com o sindicato dos empregados⁴. Obviamente, não houve grande resistência do sindicato à proposta da empresa, diante da possibilidade de demissões em massa, entretanto, passados os cinco meses não há nada na legislação que impeça a dispensa dos trabalhadores e, o que é pior, caso isto ocorra eles não terão mais direito ao seguro desemprego, pois já teriam utilizado os recursos do FAT.

Desde o início da crise econômica, milhões de trabalhadores já foram demitidos pelos bancos e multinacionais do mundo inteiro. Só no Reino Unido 1,8 milhão perderam o seu trabalho em 2008 e atualmente o governo inglês é obrigado a pagar pensões a mais de 980 mil pessoas. Nos Estados Unidos, foram eliminados 1,2 milhão de postos de trabalho, entre janeiro e novembro e na China o número de desempregados já chega a 4% da população economicamente ativa, um nível que é considerado como crítico pelo Ministério de Recursos Humanos e Estabilidade Social do país. E o número absoluto de desempregados é provavelmente ainda maior, pois os trabalhadores imigrantes não foram computados na estatística, embora representem mais de 200 milhões de pessoas⁵.

A OIT prevê ainda que cerca de 20 milhões de trabalhadores poderão somar-se as filas do desemprego mundial, como consequência da crise. Segundo Juan Somavia, diretor geral da OIT “Necessitamos de ações governamentais rápidas e coordenadas para evitar uma crise social que poderá ser grave, duradoura e global”. De acordo com ele dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU), indicam que o número de trabalhadores desempregados no planeta, passará de 190 milhões em 2007, para 210 milhões em 2009, com isso o número de indivíduos que vivem com menos de um dólar por dia poderá aumentar em 40 milhões e os que vivem com menos de dois dólares por dia, em mais de 100 milhões. Somavia ressaltou ainda que as novas projeções poderiam estar subestimadas, caso os efeitos da atual contração econômica não sejam enfrentados com rapidez⁶.

Enquanto os trabalhadores sofrem os impactos da crise, os pacotes de ajuda as grandes empresas, em dificuldades financeiras, não param de aumentar. Estima-se uma cifra em torno de US\$ 7,5 trilhões. Segundo o professor Ernesto Lozardo, da Fundação Getúlio Vargas, a ajuda financeira dos Governos já ultrapassa a casa de 12% do PIB mundial. Com muito menos seria possível combater a pobreza e investir o necessário para acabar com o aquecimento global, lembra o professor. De acordo com a ONU, seria possível exterminar a pobreza com apenas 1,5% do PIB mundial⁷, o que demonstra, por um lado, o tamanho do desespero das autoridades governamentais na tentativa de salvar o sistema capitalista mundial e, por outro, o profundo descaso dos mesmos em relação a fome e a pobreza mundial.

³ Unidade de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba.

⁴ QUEIROGA, Andrezza. CLT prevê que suspensão de contratos pode ser prorrogada. **Gazeta Mercantil**. 09 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acessado em: 14 jan. 2009, 09:26.

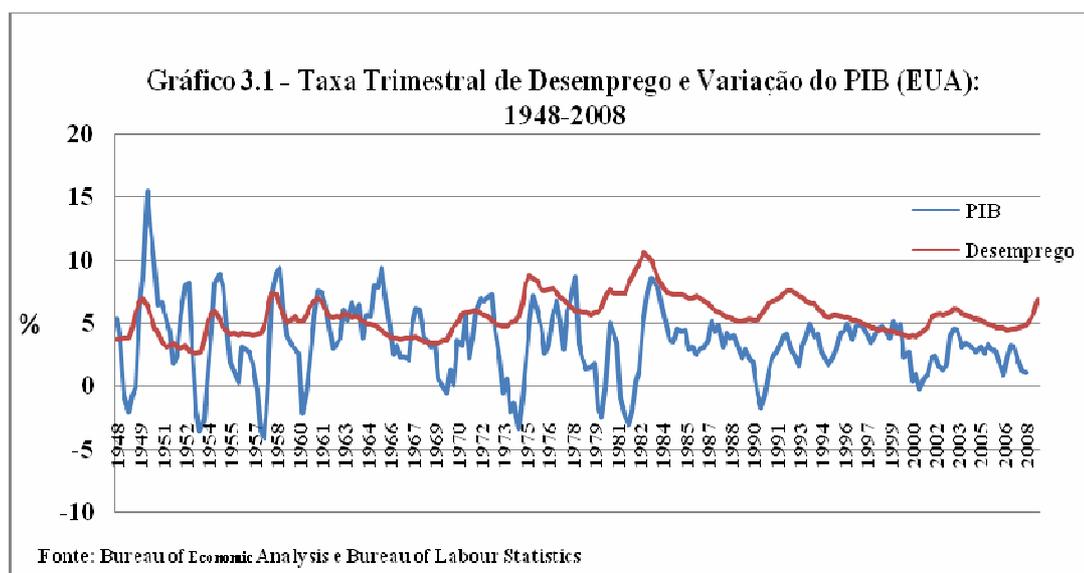
⁵ REDAÇÃO. Desemprego, a terceira fase da crise financeira global. **Estadão**. 4 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:28.

⁶ NOTÍCIAS DA OIT. OIT diz que crise financeira mundial causará a perda de 20 milhões de empregos. **OIT**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:48.

⁷ HESSEL, R. Pacotes proliferam e podem não conter a crise. **Gazeta Mercantil**. 29 de dezembro de 2008.

Ironicamente, quando o que está em jogo é, não a possibilidade de apropriação privada de maiores lucros, mas sim de prejuízos, o capital e os seus representantes na esfera política, os neoliberais, mudam o seu discurso sobre o livre mercado e passam a clamar e suplicar a intervenção do Estado na economia, na tentativa de socializar as suas perdas com a classe trabalhadora, sobre a qual sempre acaba recaindo o ônus social do capitalismo.

Em períodos de depressão econômica, as taxas de desemprego tendem sempre a crescer, como mostra o gráfico 3.1, que apresenta as taxas trimestrais desazonalizadas de variação real do PIB e do desemprego para os Estados Unidos, ao longo do período 1948-2008.



Observa-se que nos últimos trimestres de 2008, a taxa de desemprego nos Estados Unidos teve um rápido aumento, enquanto que no mesmo período, o crescimento do PIB apresentou uma forte redução. Verifica-se ainda que para os próximos trimestres a tendência é de crescimento do desemprego e redução do PIB. Desde a década de 1970, os períodos de crise econômica trazem como consequência algum tipo de desregulamentação dos direitos trabalhistas. No Brasil, por exemplo, a Lei 9.601/98, foi criada num momento em que a economia do país passava por grandes dificuldades, com demissões de centenas de trabalhadores e falências de muitas empresas⁸. A lei foi implantada sob a justificativa de criar mecanismos para impedir demissões coletivas, permitindo, a redução temporária da jornada de trabalho, em períodos de forte redução da demanda, sem redução dos salários, para posterior compensação sem pagamento de horas extras.

Atualmente, o banco de horas é utilizado por um grande número de empresas, no entanto, inversamente ao seu objetivo inicial, hoje em dia, o que ocorre é primeiramente a imposição e execução de horas extras de trabalho, para só depois haver a compensação, quando a empresa necessitar reduzir o seu nível de atividade. Tudo isso funciona de maneira questionável e duvidosa, tendo criado discordâncias no âmbito do direito do trabalho, quanto a constitucionalidade de vários dos pontos da própria CLT.

3.1 Captando o Efeito da Crise Sobre o Desemprego

⁸ BANCO DE HORAS - ASPECTOS PARA VALIDADE. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>>. Acessado em 14 de janeiro de 2009, 10:24.

Dada a fragilidade no tratamento dado aos estudos realizados através da abordagem de equações simultâneas, causada pela inserção de variáveis no modelo para solucionar o problema de identificação, Sims (1980), propôs uma abordagem alternativa, que além de conseguir tratar várias séries no modelo, mensuraria o impacto das inovações sobre as variáveis contidas no sistema. Esta abordagem ficou conhecida como processo de Vetores Auto-Regressivos (VAR).

Segundo Maia (2001), este método de análise multivariado pode ser descrito na sua forma primitiva simples da seguinte maneira:

$$y_t = b_{10} + b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt} \quad (4)$$

$$z_t = b_{20} + b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt} \quad (5)$$

onde, y_t e z_t podem representar o comportamento da desemprego e da queda no nível de produto, respectivamente, no tempo t ; y_{t-1} e z_{t-1} são os valores defasados em um período de desemprego e de queda no nível de produto; ε_{yt} e ε_{zt} são ruídos brancos. Este sistema propõe que o desemprego pode ser expresso como função da sua auto-regressividade e da queda no nível de produto no tempo contemporâneo e na sua defasagem. Da mesma forma, o sistema sugere que a queda no nível de produto pode ser expressa como função da sua auto-regressividade e do desemprego no tempo contemporâneo e na sua defasagem.

As equações (4) e (5) formam o sistema que relaciona o desemprego e a queda no nível de produto. As mesmas podem ser representadas num formato matricial chamado VAR estrutural. Formalmente, tem-se:

$$\begin{bmatrix} 1 & b_{12} \\ b_{21} & 1 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} y_t \\ z_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} b_{10} \\ b_{20} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} \gamma_{11} & \gamma_{12} \\ \gamma_{21} & \gamma_{22} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} y_{t-1} \\ z_{t-1} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{bmatrix} \quad (6)$$

ou

$$Bx_t = \Gamma_0 + \Gamma_1x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (7)$$

onde,

$$B = \begin{bmatrix} 1 & b_{12} \\ b_{21} & 1 \end{bmatrix}; \quad x_t = \begin{bmatrix} y_t \\ z_t \end{bmatrix}; \quad \Gamma_0 = \begin{bmatrix} b_{10} \\ b_{20} \end{bmatrix}; \quad \Gamma_1 = \begin{bmatrix} \gamma_{11} & \gamma_{12} \\ \gamma_{21} & \gamma_{22} \end{bmatrix}; \quad \varepsilon_t = \begin{bmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{bmatrix}.$$

Pré – multiplicando todo o sistema pela inversa de B, tem - se:

$$B^{-1}Bx_t = B^{-1}\Gamma_0 + B^{-1}\Gamma_1x_{t-1} + B^{-1}\varepsilon_t \quad (8)$$

tal que a inversa de B seja,

$$B^{-1} = \begin{vmatrix} 1 & b_{12} \\ 1 - b_{12}b_{21} & 1 - b_{12}b_{21} \\ b_{21} & 1 \\ 1 - b_{12}b_{21} & 1 - b_{12}b_{21} \end{vmatrix}$$

Sims (1980), destaca que os termos de erro são funções de inovações, que podem ser dados por:

$$B^{-1}\varepsilon_t = \begin{vmatrix} 1 & b_{12} \\ 1 - b_{12}b_{21} & 1 - b_{12}b_{21} \\ b_{21} & 1 \\ 1 - b_{12}b_{21} & 1 - b_{12}b_{21} \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{vmatrix} \quad (9)$$

Assim, os termos de erro seriam compostos pelas inovações ε_{yt} e ε_{zt} , que apresenta-se num VAR(1) como segue:

$$x_t = v + A_1 x_{t-1} + e_t \quad (10)$$

onde, $v = B^{-1}\Gamma_0$; $A_1 = B^{-1}\Gamma_1$; $e_t = B^{-1}\varepsilon_t$; x_t é um vetor (nx1) que contém as variáveis presentes no modelo; v é um vetor (nx1) de interceptos; A_1 é uma matriz (nxn) de coeficientes; e e_t é um vetor (nx1) de erros, que são ruído branco.

A generalização do modelo auto-regressivo de ordem um, VAR(1), para um modelo auto-regressivo de ordem superior, VAR(p), pode ser apresentado da seguinte forma:

$$x_t = v + A_1 x_{t-1} + \dots + A_p x_{t-p} + e_t \quad , \text{ onde } p = 1, 2, 3, \dots \quad (11)$$

onde, x_t é um vetor (kx1) que contém as variáveis presentes no modelo; v é um vetor (kx1) de interceptos; A_i é uma matriz (kxk) de coeficientes; e e_t é um vetor (kx1) de erros, formados pelas inovações do desemprego e da redução do nível de produto, ε_{yt} e ε_{zt} , respectivamente. O erro e_{it} possui média zero, variância constante e não são correlacionados serialmente. Enquanto que a co-variância entre as inovações ε_{yt} e ε_{zt} é diferente de zero, ou seja, $COV(\varepsilon_{yt}; \varepsilon_{zt}) \neq 0$. É a partir da verificação da existência de uma correlação entre as inovações de cada série, que Sims (1980), destaca a possibilidade da mensuração do impacto de uma variável sobre outra

A questão sobre o impacto de um choque sobre uma ou mais variáveis, pode ser vista pela transformação de um processo de vetores auto-regressivos, VAR, em um processo de vetores de médias móveis, VMA. Respeitada a condição de estabilidade e de invertibilidade, este processo de transformação gerará a função impulso-resposta, proporcionando assim, uma forma de analisar um impacto de um choque sobre uma série em questão. Além disso, poderá ser feita a análise de decomposição do erro de previsão, que destacará o impacto do desemprego sobre a queda no nível de produto e vice-versa, garantindo assim, um resultado que destacará a direção de causalidade entre as séries.

Formalmente, pode-se representar um processo VAR, descrito na equação (10), na forma de um processo VMA da seguinte maneira:

$$\begin{pmatrix} y_t \\ z_t \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} a_{10} \\ a_{20} \end{pmatrix} + \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{pmatrix} \begin{pmatrix} y_{t-1} \\ z_{t-1} \end{pmatrix} + \begin{pmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{pmatrix} \quad (12)$$

Representando as médias de y_t e z_t por \bar{y} e \bar{z} , respectivamente, considerando a expressão em termos de choque e aplicando a condição de estacionaridade, obtém-se a seguinte representação matricial:

$$\begin{pmatrix} y_t \\ z_t \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{pmatrix} + \sum_{i=0}^{\infty} \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{pmatrix}^i \begin{pmatrix} e_{1t-i} \\ e_{2t-i} \end{pmatrix} \quad (13)$$

Pela equação (13), verifica-se a relação existente entre as variáveis postas no modelo com os termos de erro associados a elas, cujo vetor é dado como segue:

$$\begin{pmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{pmatrix} = \frac{1}{1 - b_{12}b_{21}} \begin{pmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{pmatrix} \begin{pmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{pmatrix} \quad (14)$$

Combinando as equações (13) e (14), obtém-se

$$\begin{pmatrix} y_t \\ z_t \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{pmatrix} + \frac{1}{1 - b_{12}b_{21}} \sum_{i=0}^{\infty} \begin{pmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{pmatrix}^i \begin{pmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{pmatrix} \begin{pmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{pmatrix} \quad (15)$$

Substituindo $\phi_i = \frac{A_1^i}{1 - b_{12}b_{21}} \begin{pmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{pmatrix}$ em (15), tem-se:

$$\begin{pmatrix} y_t \\ z_t \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{pmatrix} + \sum_{i=0}^{\infty} \begin{pmatrix} \phi_{11}(i) & \phi_{12}(i) \\ \phi_{21}(i) & \phi_{22}(i) \end{pmatrix} \begin{pmatrix} \varepsilon_{yt-1} \\ \varepsilon_{zt-1} \end{pmatrix} \quad (16)$$

ou

$$x_t = \mu + \sum_{i=0}^{\infty} \phi_i \varepsilon_{t-i} \quad (17)$$

Desta forma, têm-se a representação de um VAR em um VMA. Os coeficientes ϕ_i , na equação (16), representarão à função impulso-resposta. Eles darão o impacto causado por choques ocorridos nas inovações ε_{yt} e ε_{zt} sobre o desemprego, y_t , e sobre a queda no nível de produto, z_t .

3.3 Descrição e tratamento dos dados

Foram utilizados neste trabalho os dados trimestrais da taxa de desemprego e taxa de crescimento do PIB dos Estados Unidos, a maior economia do mundo, no intervalo temporal

de 1948 a 2008. As informações foram obtidas no banco de dados do Bureau of Economic Analysis e do Bureau of Labor Statistics.

Aplicou-se os testes de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) e o teste de Philip-Perron para verificação da estacionariedade das séries. Utilizou-se os critérios AIC e SBC e o teste de defasagens para identificação do número de defasagens p a serem utilizadas no modelo VAR(p), sendo que deste modelo selecionado, construiu-se a função impulso-resposta e ainda foi realizada a análise da decomposição da variância.

Para realização dos testes estatísticos e econométricos, além da estimação do modelo VAR(p), foi utilizado o software Win-Rats Pro versão 6.1.

4 Resultados

Inicialmente, destaca – se a ausência de raiz unitária nas séries do PIB e da taxa de desemprego, quando as mesmas se encontram em primeira diferença. Isto justifica – se pelos resultados obtidos nos testes de Dickey – Fuller Aumentado e no teste de Phillip – Perron, que mostraram uma estatística de teste superior ao valor crítico aos níveis usuais de 1 e 5%, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4.1 – Teste de raiz unitária

Série	Dickey – Fuller Aumentado		Phillip – Perron	
	Valor calculado	Valor crítico (1% 5%)	Valor calculado	Valor crítico (1% 5%)
PIB	-8.38	(-3.46 -2.88)	-7.57	(3.45 -2.87)
Taxa de desemprego	-10.93	(-3.46 -2.88)	-23.80	(3.45 -2.87)

Fonte: elaboração dos autores.

Pelo quadro 1, identifica – se a estacionariedade das duas séries em primeira diferença, propriedade esta, estatisticamente desejada para implementação do processo VAR(p), já que nesta abordagem metodológica, exige – se que ambas as séries sejam estacionárias no mesmo nível.

Atendido o critério de estacionariedade, passou – se a determinação do número de defasagens p , que indicaria qual o formato assumiria o processo auto – regressivo de modo a possibilitar a melhor representação da relação entre as séries. Para escolha do número de defasagens, utilizou – se os critérios de seleção Akaike e Schwarz (AIC e SBC, respectivamente), e ainda, o teste de defasagem por razão de verossimilhança. Os resultados destas estatísticas são apresentados na tabela 1, que contém os valores de AIC e SBC, e na tabela 3, que apresenta a razão de verossimilhança.

Tabela 4.1 – Seleção do modelo VAR(p)

Modelo	AIC	SBC
VAR(1)	54.72	89.56
VAR(2)	52.60	51.33
VAR(3)	-20.80	41.77
VAR(4)	-56.95	19.43
VAR(5)	-64.12	26.04
VAR(6)	-65.18	38.73
VAR(7)	-81.29	36.33
VAR(8)	-92.83	38.46

Fonte: elaboração dos autores.

Normalmente, de acordo com os critérios AIC e SBC, o modelo selecionado é aquele que apresenta os menores valores em ambos os critérios. Como pode ser visto na tabela 4.1, de acordo com o critério AIC, o modelo a ser escolhido deveria ser o VAR(8). Enquanto isso, pelo critério SBC, o modelo mais adequado seria o VAR(4). Para resolver esta questão, optou-se por realizar o teste de razão de verossimilhança, que confrontaria ambos os modelos escolhidos pelos critérios AIC e SBC, e assim, chegar-se-ia a conclusão de qual seria a melhor formatação para o processo de vetores auto-regressivos que melhor representaria a relação já postada. O resultado é apresentado a seguir:

Tabela 4.2 – Teste de defasagem por razão de verossimilhança

Log Determinants are 6.306532 0.051357

Chi-Squared(36)= 1344.862434 with Significance Level 0.00000000

Fonte: elaboração dos autores.

Confrontando o processo VAR(8) contra o VAR(4), de acordo com a estatística de Qui-Quadrado, ao nível de 1% de significância, pode-se dizer que o modelo com quatro defasagens é superior ao modelo com oito defasagens. Portanto, o modelo que se mostrou mais adequado para representar a relação entre a taxa de desemprego e o PIB, foi o VAR(4).

A seguir apresenta-se os resultados das estimações do modelo VAR(4):

Tabela 4.3 – Estimação do modelo VAR(4)

Dependent Variable DPIB (equação 1)		Dependent Variable DSP (equação 2)	
Variable	Coeff	Variable	Coeff
1. DPIB{1}	0.618862203	1. DPIB{1}	-2.566613585
2. DPIB{2}	-0.211703369	2. DPIB{2}	4.484218381
3. DPIB{3}	0.013642545	3. DPIB{3}	1.112570070
4. DPIB{4}	0.047751625	4. DPIB{4}	3.812812316
5. DSP{1}	-0.014436491	5. DSP{1}	-0.808857239
6. DSP{2}	-0.026282747	6. DSP{2}	-0.540759575
7. DSP{3}	-0.023394813	7. DSP{3}	-0.379826782
8. DSP{4}	-0.012721856	8. DSP{4}	-0.142797926
9. Constant	0.001563182	9. Constant	-0.012417124

Do ponto de vista estatístico, verifica-se que os coeficientes de ambas as equações são estatisticamente diferentes de zero, para as variáveis defasadas ao nível de 5% de significância, com exceção das defasagens para três períodos do PIB na segunda equação e

das defasagens para três e quatro períodos na equação 1, enquanto que as constantes não se mostraram significativa, aos níveis usuais de 5% e 10%.

O modelo estimado evidencia a relação entre a taxa de desemprego e o PIB, destacando a existência de um efeito desta última sobre a primeira. O passo seguinte é avaliar o tamanho de tal efeito, provocando por oscilações em ambas as variáveis. Isto pode ser realizado pela função impulso-resposta e pela análise de decomposição do erro de previsão.

Avaliado o ajustamento do modelo VAR(4), do ponto de vista estatístico e econômico, passa-se a descrição da relação de causa efeito entre as variáveis. O quadro a seguir apresenta os resultados dos efeitos dos impactos nas séries do PIB e da taxa de desemprego sobre as mesmas:

Quadro 4.2 – Decomposição da variância dos erros de previsão para as series do PIB e da taxa de desemprego.

Variável	Taxa de desemprego (%)	PIB (%)
Taxa de desemprego	69.41	30.59
PIB	7.01	92.99

Fonte: elaboração própria.

O quadro 2 apresenta a análise de decomposição da variância dos erros de previsão. O resultado deste procedimento evidencia o impacto de uma variação na taxa de desemprego sobre ela mesma e sobre o PIB, como também o impacto de uma variação no PIB sobre ele mesmo e sobre a taxa de desemprego. Como se pode verificar, variações na taxa de desemprego afetam 69,41% das variações na taxa de desemprego e 30,59% das flutuações no PIB. Isto retrata a forte dependência da taxa de desemprego com relação aos seus valores passados e o seu expressivo nível de influência sobre o PIB. Também se pode identificar que o impacto causado por flutuações no PIB, sendo este de 7,01% sobre a taxa de desemprego e de 92,99% sobre ele mesmo. Desta maneira, o presente modelo consegue captar a relação bilateral que existe entre o PIB e o desemprego, mensurando o impacto de uma redução no ritmo de crescimento da atividade econômica sobre o nível de emprego, que em resposta a essa redução, tende a diminuir, e como essa redução do nível de emprego age de volta sobre o crescimento do PIB, que em decorrência do aumento do desemprego, tende a se desacelerar ainda mais, num processo dinâmico de ação e reação.

Apresentado os efeitos da relação PIB – taxa de desemprego, destaca-se o tempo que as variáveis necessitam para retornarem a sua trajetória após a ocorrência de choques sobre as mesmas. Para visualizar tal processo do efeito de choques sobre a taxa de desemprego e sobre o PIB, construiu-se a função de impulso-resposta, a qual é apresentada nos gráficos 1 e 2:

Gráfico 4.1 – Função Resposta Taxa de desemprego (DSP) x PIB

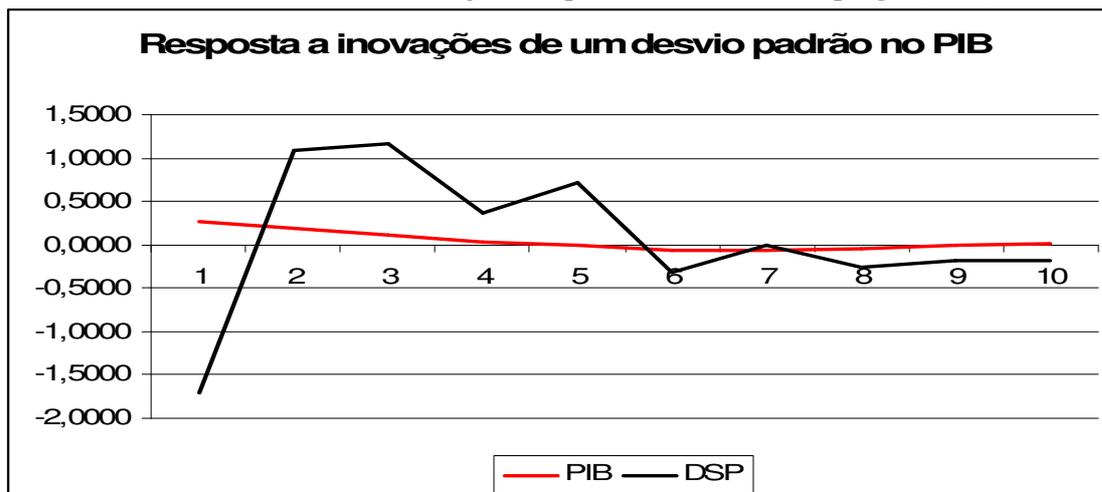
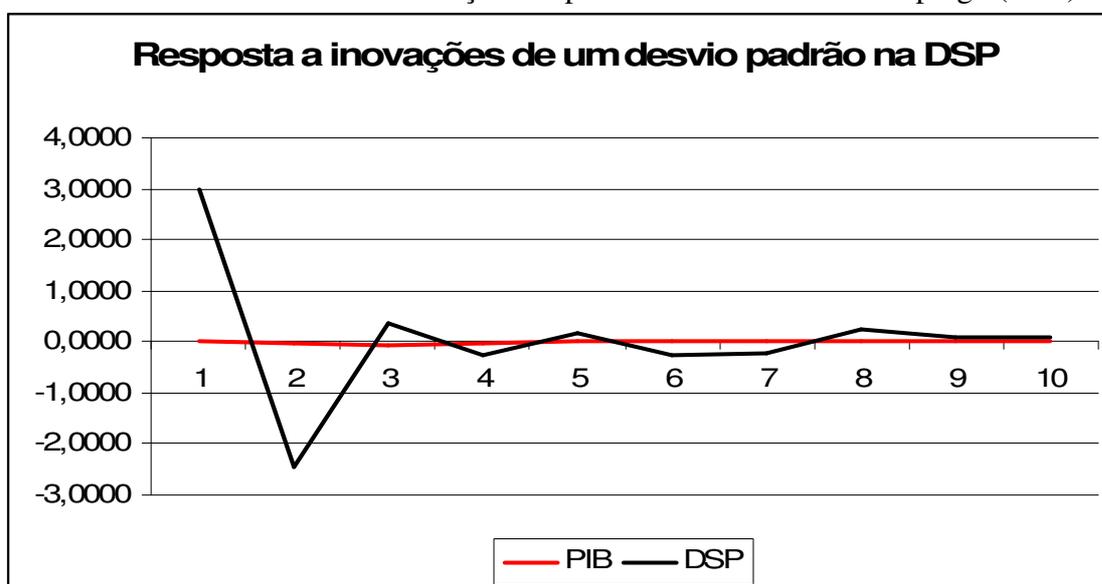


Gráfico 4.2 – Função Resposta PIB x Taxa de desemprego (DSP)



Pelos gráficos acima, verifica-se mais a significativa resposta da taxa de desemprego sobre choques nas inovações do PIB e a influencia moderada de choques nas inovações da primeira sobre esta última. É notório que a série do PIB é bem menos sensível a choques, que a série da taxa de desemprego, onde a primeira leva cerca de dois períodos para retornar a sua trajetória anterior, após sofrer um choque, enquanto a segunda retoma de forma mais lenta a sua trajetória.

Assim, evidencia-se a importância do efeito de inovações do PIB sobre o comportamento da taxa de desemprego. É claro que este efeito pode ter sido suavizado pela atuação dos governos das principais economias, através da sua política econômica, que durante esse momento de crise tem sido bastante ativa, com medidas como a injeção de trilhões de dólares no mercado financeiro e a redução das taxas de juros, com o objetivo de tentar reanimar o mercado. Mesmo assim, não se podem retirar os méritos dos resultados aqui obtidos, visto que os efeitos mostraram-se bem significativos e atenderam tanto aos critérios estatísticos como aos econômicos.

5 Considerações Finais

A atual etapa do processo de reestruturação produtiva que o capitalismo vem sofrendo, é o resultado das tendências produzidas pelas suas próprias leis econômicas. A lógica da acumulação de capital cria de um lado um volume crescente de mercadorias, continuamente lançadas no mercado, e do outro uma massa cada vez maior de consumidores para os seus produtos, mas, ao mesmo tempo, ela estabelece barreiras que impedem esses consumidores de adquirirem esta quantidade progressiva de mercadorias jogadas no mercado. Como o objetivo principal da produção é o lucro, o sistema lança mão de inúmeros mecanismos para se apropriar de uma proporção cada vez maior do valor novo anualmente produzido. O problema deste método é que os trabalhadores, que compõem a maior parte da demanda efetiva, ficam com uma parcela cada vez menor deste bolo, tendo, assim, a sua capacidade de consumo limitada.

Periodicamente, esta contradição se manifesta sob a forma de crise econômica e na incapacidade de realização do valor das mercadorias, existentes em excesso no mercado. Daí a superprodução. Superprodução de mercadorias na forma, mas de capital no conteúdo, sobretudo, de capital financeiro, forma predominante do capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Amenizada durante o período 1945-1973, a chamada fase dourada do capitalismo, esta tendência superprodutiva voltou a se manifestar nas últimas quatro décadas, com uma regularidade aproximada de 10 anos. Ao longo deste período, um gradativo processo de flexibilização dos direitos trabalhistas vem ocorrendo, com profundas mudanças sobre o mundo do trabalho, como consequência dos diversos planos de reestruturação e reorganização produtiva implementada pelas grandes empresas, cujo conteúdo continua sendo o mesmo: redução de custos e aumento de produtividade, embora, se apresente sempre com novas roupagens.

Foi nesse contexto que se verificou está havendo um empobrecimento relativo da classe trabalhadora, a qual está participando cada vez menos da divisão da riqueza social, pois a porcentagem dos salários como parte total da renda, vem se reduzindo na maioria dos países. Outro aspecto relevante observado foi o crescimento da desigualdade de rendimentos entre os próprios trabalhadores, entre os altos salários de gerência e direção executiva e os baixos salários dos trabalhadores de chão de fábrica, desigualdade esta que por um lado expressa a diferença qualitativa entre o trabalho complexo e o trabalho simples e por outro, o exercício da função de gerenciamento do capital, desempenhado por trabalhadores altamente qualificados.

A crise econômica atual deve agravar ainda mais esse quadro, pois apesar de se apresentar sob a forma financeira, os seus efeitos sobre a economia real nunca foram tão severos e generalizados, devido à extraordinária integração que existe neste momento entre os países inseridos na engrenagem da economia global, onde as partes estão ligadas, por diversas vias, ao todo. Com o objetivo de captar a relação bilateral que existe entre o PIB e o desemprego, estimou-se uma função de impulso-resposta para um modelo VAR(4). Seus resultados apresentaram uma significativa importância do nível de desemprego sobre a formação do produto, e vice-versa, de forma a caracterizar um “efeito bola de neve” que pode ter proporções drásticas. Observou-se que variações na taxa de desemprego afetam 30,59% das flutuações no PIB e que as flutuações no PIB são responsáveis por 7,01% das variações na taxa de desemprego.

Assim, o chamado mercado de trabalho, o lado mais frágil da economia real, está sofrendo terríveis impactos, com milhões de trabalhadores sendo demitidos no mundo inteiro e os que conseguem permanecer empregados, tendo de abrir mão de uma série de benefícios e direitos trabalhistas. Desta maneira, a classe trabalhadora perde, a cada dia que passa, poder

de organização e reivindicação e os sindicatos deixam de ter qualquer influência e capacidade de negociação dentro das empresas, desaparecendo aos poucos.

Com isso milhões de pessoas são lançadas na vala da pobreza e extrema miséria, passando a engrossar um já extenso contingente de excluídos, criando uma população excedente ainda maior, o que pode vir a representar um grande perigo a ordem social capitalista. Rebaixamento e degradação das condições de vida e de trabalho de milhões de trabalhadores, que assistem de um lado a formação de um pólo crescente de pobreza dentro da sociedade e do outra a criação de pólo de riqueza, tecnologia e desenvolvimento, restrito a poucos indivíduos, podem transformar a crise econômica numa verdadeira crise social, na qual não há mais condições dignas de vida e de trabalho.

Referências

DICKEY, D.A., FULLER, W.A. **A likelihoodratio statistics for autoregressive time series with a unit root.** Journal of the American statistical association, v.74, n.366, p.427-431, 1979.

BANCO DE HORAS - ASPECTOS PARA VALIDADE. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>>. Acessado em 14 de janeiro de 2009, 10:24.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **National Economic Accounts.** Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:58.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Databases & Tables.** Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:59.

ENDERS, W. **Applied econometrics time series.** 2ª ed. Wiley. 2003

HARVEY, DAVID. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HESSEL, R. Pacotes proliferam e podem não conter a crise. **Gazeta Mercantil.** 29 de dezembro de 2008.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization,** Geneva: ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

MAIA, S. F. **Modelos de vetores auto-regressivos: uma nota introdutória.** Texto para Discussão 60. Curso de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá (PR), JAN 2002.

PERRON. P. **The great crash, the oil price shock and the unitroot hypothesis.** Econometrica, vol. 75, nº. 6, p.1361-1401, 1989.

RIBEIRO, N. R. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. In: RIBEIRO, E. V. (Org.) **Globalização, Competitividade e Crises,** 2ª Ed., João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 149.

RIBEIRO, N. R. **Acumulação do capital no Brasil: expansão e crise.** Lisboa: UTL, 1989. Tese de doutorado.

MAGALHÃES, Matheus. **Explicando o ciclo de negócios**. Revista Economia Aplicada, janeiro-março 2000, pp. 157-189.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. V. 1, 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989. p. 127.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro II – O Processo de Circulação do Capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. V. 3, 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 948.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE, **Mapping the Global Capital Market Third Annual Report**, Jan. 2007. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com>>.

NOTÍCIAS DA OIT. OIT diz que crise financeira mundial causará a perda de 20 milhões de empregos. **OIT**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:48.

QUEIROGA. Andrezza. CLT prevê que suspensão de contratos pode ser prorrogada. **Gazeta Mercantil**. 09 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acessado em: 14 jan. 2009, 09:26.

REDAÇÃO. Desemprego, a terceira fase da crise financeira global. **Estadão**. 4 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:28.